

DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL, 1985–2026

Resumo da pesquisa do Projeto Democracia Brasil. Piloto, versão preliminar, atualizada em 11/10/2026.

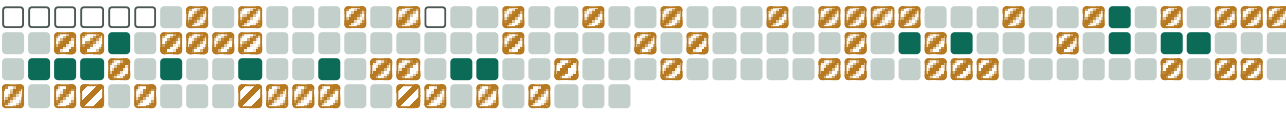
O QUE LEVANTAMOS

- 231 atos federais: leis, decretos, tratados internacionais e decisões do STF.
- A tramitação de 171 leis, leis complementares e emendas na Câmara e no Senado.
- 599 votações e 40.795 votos individuais de parlamentares.

PRINCIPAL ACHADO

COMO AS 171 LEIS PASSARAM PELO CONGRESSO

Cada quadrado é uma lei, lei complementar ou emenda constitucional aprovada desde 1985, em ordem de data.



1985

2026

■ Voto nominal registrado

■ Votação simbólica

▨ Decidida nas comissões

□ Sem registro nas bases abertas

Só 15 das 171 tiveram o voto de cada parlamentar registrado no texto principal.

As outras foram aprovadas por votação simbólica (94), decididas nas comissões (55) ou não têm registro nas bases abertas (7). Nesses casos, não é possível saber como cada deputado ou senador votou.

O voto nominal foi registrado em pelo menos uma das Casas. Por Casa:

- Câmara: 101 aprovadas por votação simbólica, 46 só nas comissões, 8 com votação nominal.
- Senado: 120 aprovadas por votação simbólica, 31 só nas comissões, 12 com votação nominal.

Sem registro nominal, não é possível dizer como cada parlamentar votou. Isso não indica apoio nem oposição.

ALGUNS MARCOS

DATA	ATO	GOVERNO NA DATA
29/08/1985	Lei 7.353/1985 Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).	Sarney
05/10/1988	Constituição Federal de 1988 Constituição Federal: igualdade de direitos entre homens e mulheres (art. 5º, I), licença à gestante de 120 dias (art. 7º, XVIII), dever do Estado de coibir a violência nas relações familiares (art. 226, §8º), entre outros dispositivos.	Sarney
13/04/1995	Lei 9.029/1995 Proíbe exigir atestado de gravidez ou de esterilização e outras práticas discriminatórias na admissão ou no emprego.	FHC I
01/08/1996	Decreto 1.973/1996 Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994).	FHC I
30/09/1997	Lei 9.504/1997 Lei das Eleições; reserva mínima de candidaturas para cada sexo.	FHC I
13/09/2002	Decreto 4.377/2002 Promulga a CEDAW (1979) e revoga o Decreto 89.460/1984, que a havia promulgado com reservas.	FHC II
07/08/2006	Lei 11.340/2006 Lei Maria da Penha: cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.	Lula I
09/03/2015	Lei 13.104/2015 Prevê o feminicídio como qualificadora do homicídio e o inclui entre os crimes hediondos.	Dilma II

DATA	ATO	GOVERNO NA DATA
24/09/2018	Lei 13.718/2018 Tipifica importunação sexual e divulgação de cena de estupro; ação penal pública incondicionada nos crimes contra a liberdade sexual.	Temer
04/08/2021	Lei 14.192/2021 Normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.	Bolsonaro
05/04/2022	Emenda Constitucional 117/2022 Garante na Constituição recursos mínimos de campanha e tempo de propaganda para candidaturas de mulheres.	Bolsonaro
03/07/2023	Lei 14.611/2023 Igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.	Lula III
09/10/2024	Lei 14.994/2024 Torna o feminicídio crime autônomo, agrava penas e altera a Lei Maria da Penha e outras leis.	Lula III

DECISÕES DO STF

- **STF — ADI 4424 e ADC 19** (09/02/2012): STF confirma a constitucionalidade da Lei Maria da Penha (ADC 19) e decide que a lesão corporal leve em violência doméstica contra a mulher é de ação penal pública incondicionada (ADI 4424).
- **STF — ADPF 54** (12/04/2012): STF decide que a interrupção da gestação de feto anencéfalo não é crime.
- **STF — ADI 5617** (15/03/2018): STF fixa em no mínimo 30% (ou na proporção das candidaturas) os recursos do Fundo Partidário para campanhas de mulheres.
- **STF — ADPF 779** (01/08/2023): STF declara inconstitucional a tese da "legítima defesa da honra" em feminicídios e agressões contra mulheres.
- **STF — ADPF 442** (17/10/2025): Ação que pede a descriminalização da interrupção voluntária da gestação até a 12ª semana. Julgamento iniciado e não concluído.

LIMITES DESTA VERSÃO

- A lista foi montada a partir das ementas publicadas no Planalto; leis cuja ementa não cita o tema podem faltar.
- A Câmara não tem votos individuais nas bases abertas antes de 2005.

- Contar leis por governo não mede importância nem efeito; por isso não há ranking.

FONTES

- Legislação: www4.planalto.gov.br/legislacao (<https://www4.planalto.gov.br/legislacao>)
- Câmara dos Deputados, dados abertos: dadosabertos.camara.leg.br (<https://dadosabertos.camara.leg.br>)
- Senado Federal, dados abertos: legis.senado.leg.br/dadosabertos (<https://legis.senado.leg.br/dadosabertos>)
- Decisões do STF: fontes indicadas em cada item do acervo.

Acervo completo, com a fonte de cada item: <https://adrianacorradi.github.io/projeto-democracia-brasil/#pesquisa-direitos-das-mulheres> (<https://adrianacorradi.github.io/projeto-democracia-brasil/#pesquisa-direitos-das-mulheres>)